

# Rejeitadas a pena de morte e a prisão perpétua

BRASÍLIA — Durante mais de três horas e em sete votações consecutivas, o plenário da Comissão de Sistematização rejeitou ontem todas as tentativas de introdução das penas de morte e prisão perpétua no País. O texto do Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), alterado por uma emenda do Deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), estabelece que "não haverá pena de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento".

O destaque de Mariz foi o único aprovado. Ele mudou a redação de "prisão perpétua" para pena de "caráter perpétuo". Contando com parecer favorável de Bernardo Cabral, recebeu 72 votos contra 11 e três abstenções. Antes, tinha sido rejeitado, por 74 votos a oito, um destaque do Senador João Menezes (PFL-PA), que reivindicava a adoção da pena de prisão perpétua para os culpados

em casos de estupro e rapto de menores de 14 anos, seguidos de morte.

O plenário repudiou a pena de morte mesmo em situação de guerra externa, defendida pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). A votação tornou-se lenta e cansativa, uma vez que, apesar da tendência evidente da maioria esmagadora da Comissão

contra as propostas, seus defensores não abriram mão de colocar em votação suas emendas.

A posição dos constituintes evidenciou-se pela primeira vez quando eles rejeitaram por 84 votos contra cinco e uma abstenção, a emenda do Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Netto (RJ), que previa a pena de morte nos casos de assalto, roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte. Ao iniciar a defesa, Ama-

ral Netto já admitia a derrota, mas garantia continuar lutando por esta proposta "até o fim". A seguir, o plenário rejeitou destaques dos Deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Cunha Bueno (PDS-SP), Farabullini Júnior (PTB-SP) e Carlos Sant'Anna.

O Líder do Governo defendeu a pena de morte em caso de guerra externa. Não conseguiu convencer seus

colegas a o apoiarem, mas, indiretamente, foi o autor de uma difícil unidade. Contra ele juntaram-se representantes de posições tão opostas quanto, de um lado, a esquerda do PMDB, o PC do B, o PDT e, de outro, o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Ao mesmo tempo, obteve o apoio do PCB e do PT. A emenda foi rejeitada por 63 votos a 26 e uma abstenção.



Ronaldo Caiado

## Caiado exorta empresariado contra projeto

SALVADOR — "Se o substitutivo da nova Constituição for aprovado com os absurdos incluídos pelo seu Relator, vamos promover um levante nacional como jamais foi visto neste país", advertiu o Presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, ao falar ontem para centenas de empresários no 28º Congresso Nacional de Lojistas.

Aplaudido de pé, Caiado disse que a única saída para a crise política e econômica está na união das lideranças da livre iniciativa para defender "os reais interesses da sociedade".

— Somos hoje a única força organizada para dizer os rumos que o País deverá trilhar — afirmou, salientando que, no que se refere à UDR, a entidade "mais unida do que casa de marimbondos".

Ele conclamou os lojistas a abandonarem a atitude acomodada e paternalista de pensar que todas as soluções para os seus problemas virão de Brasília e a participarem ativamente da definição dos rumos do País.

— A política é o gerenciamento dos interesses da sociedade e não vamos deixar que a vontade de alguns tecnocratas supere a vivência, a competência e o know-how que a iniciativa privada sempre teve — sustentou Caiado.

## Estabilidade: Centrais não fazem acordo

BRASÍLIA — Às vésperas da votação do capítulo referente aos direitos sociais, empresários e trabalhadores praticamente esgotaram as possibilidades de entendimento quanto à estabilidade no emprego e à jornada de trabalho. Se as negociações não forem retomadas nas próximas horas, dificilmente serão aprovadas, na Comissão de Sistematização, as antigas reivindicações da jornada de 40 horas semanais e da estabilidade.

Ontem, após a última tentativa de acordo, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco (PMDB-SE), e os Presidentes da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, e da CUT, Jair Meneguelli, admitiram que não houve avanços.

— Tudo conversado e nada resolvido. Apesar de o Albano ser um interlocutor razoável, esbarramos na intransigência da Fiesp de São Paulo, que vem comandando a luta pelo retrocesso — acusou Meneguelli.

— Não somos intransigentes. Estamos dispostos a negociar alguns pontos, mas os representantes da classe trabalhadora não cedem — devolveu Albano.

Durante a reunião, o Presidente da CNI admitiu acatar a jornada de trabalho de 44 horas semanais gradualmente, ao longo dos dois anos seguintes à promulgação da Constituição. Meneguelli e Joaquinão não aceitaram a proposta, alegando tratar-se de um retrocesso, pois alguns setores da classe trabalhadora já conquistaram jornadas de 44, 42 e até de 40 horas.

Além disso, Meneguelli e Joaquinão afirmam que a proposta de 44 horas foi condicionada à aceitação da emenda dos empresários gaúchos, que garante a dispensa imotivada mediante indenização proporcional aos anos de serviço.